

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 9, número 1 (2018)
ISSN: 2177-2886

Diálogo
Movimentos
Sociais

A 'Primavera Estudantil' no Paraná: Entre o Pessoal e o Político

*La "Primavera Estudiantil" en Paraná: Entre el
Personal y el Político*

*The 'Student Spring' in Paraná: Between the
Personnel and the Political*

Dimas Diego Gontarek

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Brasil
gontarek.dimas@gmail.com

Como citar este artigo:

GONTAREK, Dimas Diego. A 'Primavera Estudantil' no Paraná: Entre o Pessoal e o Político. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 1, p. 226-230, 2018. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Introdução

O movimento de luta estudantil em 2016 é um momento marcante na vida política do país, mas também na minha. Militante estudantil universitário desde 2013, envolvido nas ações estudantis desde 2014, resolvi registrar este importante momento de minha trajetória de vida pessoal e política. Pensar sobre a interseção da minha trajetória individual e da luta coletiva estudantil é o objetivo deste texto. Não se trata de produzir a verdade sobre um episódio político de disputa de espaço de poder de enunciação, mas apresentar a visão parcial e limitada de um jovem de classe operária, que teve toda a vida estudantil desenvolvida em escolas públicas e que conseguiu ingressar em uma universidade também pública (Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG) e alimentou o sonho de conquistar justiça social no Brasil.

Experiências Localizadas, Conhecimentos Situados

Longe das expectativas sociais de pessoas oriundas das periferias urbanas e de escolas públicas entrei no ensino superior. Minha experiência de vida, muitas vezes desacreditada e marginal, ansiedades e sonhos vieram comigo. Como estudante do Curso de Bacharelado em Geografia participei da gestão do Diretório Acadêmico de Geografia Luiz André Sartori, que durou até o término da minha graduação em 2017.

Durante os anos de 2015 e 2016 o país passava por profunda crise política institucional marcada pela aceitação do pedido de impeachment da presidenta Dilma Roussef (PT) em final de 2015 pela Câmara dos Deputados e a sua cassação em agosto de 2016. O clima de polarização entre direita e esquerda se acirrou no país e durante este mesmo período passei a fazer parte do movimento 'Resistência Estudantil' que, além de outras atividades, tentava reconstruir o Diretório Central dos Estudantes na Universidade Estadual de Ponta Grossa que se encontrava inativo e precário¹.

Vivenciar a política estudantil em momento de crise política mais ampla tornou esta experiência um marco pessoal e também institucional. Na escala federal, avançavam as forças conservadoras e de direita, sobretudo com a presidência da Câmara dos Deputados nas mãos de Eduardo Cunha (PMDB), cujo mandato foi posteriormente cassado devido seu envolvimento em casos de corrupção. O ex-deputado tornou-se réu em três processos e atualmente está detido no Complexo Médico Penal em Pinhais.² Além disso, a tomada de posse de Michel Temer (PMDB) na presidência da república, após a cassação do mandato de Dilma Roussef (PT) facilitou a aprovação de uma série de projetos que vinham sendo represados pelos partidos de esquerda. A conjunção de interesses entre os poderes executivo e legislativo efetivou mudanças drásticas nas políticas educacionais e trabalhistas. Segundo o Jornal Brasil de Fato, o intuito dessas medidas foi exclusivamente o de 'beneficiar as grandes

1 Descrito em: <<http://www.portalcomunitario.jor.br/index.php/movimento-estudantil/4071-dce-da-uepg-completa-um-ano-sem-gestao-constituída-e-sem-previsao-para-retorno>> Acessado dia 06/06/2018.

2 Descrito em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>> Acessado no dia 29/05/2018.

empresas financiadoras do processo de impeachment³. Entre essas medidas, destacava-se naquele momento a PEC 55 que estabelecia um limite dos gastos públicos pelos próximos 20 anos e a MP 746 que reformulava a estrutura curricular do ensino médio brasileiro. Posteriormente, já no ano de 2017 aprovava-se a reforma trabalhista e também ocorria a tentativa de uma reforma previdenciária, esta última sem sucesso.⁴

Na escala do estado do Paraná, o governador Beto Richa (PSDB) tem deflagrado desde 2011 acirrados conflitos com os trabalhadores da educação em todos os níveis, fundamental, médio e superior. Durante seus mandatos as greves de professores tornaram-se usuais, já que os ataques aos direitos trabalhistas, bem como a flagrante diminuição de investimentos na qualidade de ensino eram ponto de conflitos entre governo e sociedade civil organizada. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – APP-Sindicato o governo Richa marcou a educação do Paraná pela precarização do trabalho e da carreira docente; atraso do pagamento de salários de funcionários de instituições de ensino; cancelamento de distribuição de aulas; saques mensais do patrimônio previdenciário dos aposentados; calotes na Data-base; queda no investimento sobre a Educação Básica e o fechamento de instituições escolares. Além dessas ações houve o episódio de violência contra a manifestação dos professores com ataques das tropas de choque resultando em 200 feridos no Centro Cívico de Curitiba em 2016. Este episódio ficou conhecido como ‘Massacre de 29 de Abril’.⁵

Em outubro de 2016 estudantes secundaristas do Paraná ocuparam inicialmente as escolas da região metropolitana de Curitiba⁶. O movimento se alastrou pelo estado e acabou tomando vulto nacional, recebendo apoio de sindicatos e movimentos sociais que naquele contexto viviam uma série de violações de direitos. O movimento lutava pela revogação da Medida Provisória 746/2016 (Reforma do Ensino Médio) e contra o Projeto de Emenda Constitucional 241 (PEC do ‘Teto de Gastos’), contra a Reforma da Previdência, contra as privatizações e contra a Reforma Trabalhista.

O movimento secundarista foi fortemente apoiado e seguido por estudantes de ensino superior e várias universidades foram ocupadas. Em Ponta Grossa não foi diferente e em 19 de outubro de 2016 ocorreu a ocupação da reitoria da universidade⁷. Em cada ocupação as negociações entre os grupos gestores dos

3 Descrito em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/20/analise-or-o-impeachment-que-piorou-o-brasil/>>. Acessado em 01/06/2018.

4 A citação dessas medidas servem para contextualizar o cenário político em que o movimento estudantil estava inserido na época, não sendo discutido mais a fundo os teores de cada lei.

5 Descrito em: <<http://appsindicato.org.br/governo-beto-richa-oito-anos-de-ataques-contr-a-educacao-publica/>> Acessado no dia 29/05/2018.

6 Descrito em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1821844-estudantes-ocupam-cem-escolas-e-professores-aprovam-greve-no-parana.shtml>>. Acessado em 01/06/2018.

7 Descrito em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/educacao/noticia/2016/10/estudantes-quebram-portas-de-predio-da-reitoria-durante-ocupacao-na-uepg.html>> Acessado no dia 29/05/2018.

espaços universitários e os estudantes se deu de diferentes maneiras. Alguns gestores apoiaram as manifestações dos estudantes, outros foram indiferentes e outros ainda se opuseram. O caso da gestão da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi de oposição, o que agravou os tensionamentos entre estudantes e administração.

A ocupação da reitoria da UEPG foi resultado de um movimento de resistência mais amplo contra as ações que se desenvolviam naquele contexto nacional em várias escalas⁸. No dia 13 de outubro de 2016 os professores e funcionários haviam aprovado em assembleia geral o início de outra greve de sua categoria. Parava o funcionamento da UEPG acompanhando um movimento que se refletia em quase todas as universidades públicas do Estado do Paraná como também nas escolas de ensino infantil e médio. O clima era o de defesa e resistência a onda de ataques que estavam sendo feitos naquele período. Entretanto o Movimento Estudantil compreendia que somente a greve não bastaria. Então 4 dias após o início da paralisação dos professores e funcionários, aprovou-se em assembleia geral a greve dos estudantes⁹ e além disso, a ocupação do prédio da reitoria, já que somente a greve teria pouco efeito prático em um ambiente que já não estava havendo aula.

A decisão em assembleia contava com quinze Diretórios e Centros Acadêmicos regularizados e participantes do movimento, embora a adesão geral dos estudantes aos diretórios fossem pequena. De toda forma, um grupo constituído por aproximadamente cem estudantes iniciou o processo de ocupação que se deparou com as portas fechadas do prédio público em pleno horário formal de funcionamento. Sem bagagem de enfrentamento de conflitos e diante da postura da gestão da reitoria de franca oposição ao movimento social, fez com que os estudantes realizassem a ocupação pretendida de forma impulsiva. Houve descontrole emocional por parte dos estudantes e representantes da reitoria¹⁰. O clima geral era de conflito e apesar de que tanto os estudantes como a gestão universitária tenham o mesmo objetivo de lutar pela qualidade da educação, pareciam estar em lados opostos.

A pauta estabelecida pelo movimento de ocupação da reitoria era composta de sete reivindicações: 1- posicionamento oficial da reitoria frente a PEC 241 e a MP 746; 2- suspensão imediata do calendário universitário; 3- reformulação do plano de assistência estudantil; 4- negociação de um melhor preço do restaurante universitário e maior transparência dos gastos da universidade; 5- reformulação da segurança dos campi; 6- abertura de diálogo com a ocupação do Colégio Agrícola da UEPG; 7- garantia de não criminalização dos(as) estudantes envolvidos no processo de ocupação.

Os dez dias que durou a ocupação do prédio da reitoria da UEPG foram repletos de atividades organizadas que, de um lado, supriam as necessidades cotidianas de limpeza, alimentação e segurança e, por outro, realizavam os

8 Descrito em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/09/estados-tem-protestos-contra-michel-temer-no-7-de-setembro.html>> Acessado dia 29/05/2018.

9 Descrito em: <<http://m.aredo.info/ponta-grossa/115783/assembleia-define-greve-estudantil-na-uepg>>. Acessado no dia 30/05/2018.

10 Descrito em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CCH5yeR8UP0&t=13s>>. Acessado no dia 03/06/2018.

debates necessários da conjuntura social e política do país por meio de atividades culturais. A desocupação do prédio ocorreu em 29 de outubro de 2016, após várias negociações com a gestão da universidade. Houve o comprometimento oficial da reitoria em atender todas as reivindicações do movimento estudantil, mesmo que algumas somente de forma parcial.

O Legado

Este ensaio não é a verdade dos fatos, apenas uma visão parcial que pretende um registro histórico deste importante momento do movimento estudantil na UEPG. A ocupação foi um ato limite realizado pelo movimento estudantil, mas não foi algo isolado ou localizado. Fazia parte de um movimento mais amplo do qual os estudantes da UEPG se sentiam fazendo parte. Sem experiência política, exercemos ações políticas e como tal, o movimento não foi apoiado ou criticado de forma unânime. Críticas, responsabilidades, consequências boas ou ruins foram geradas. De toda forma, foi um exercício de ação democrática e da percepção de que lutar por justiça social sempre vale a pena. Afinal, é na luta coletiva que se faz história e é na história coletiva que me faço gente, de carne e osso, emoção e sonhos e que conquisto meu espaço de vida hoje e amanhã.

Recebido em 25 de Maio de 2018.

Aceito em 29 de Junho de 2018.

Dimas Diego Gontarek

